

DATA LUTA



BOLETIM DATA LUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.
Presidente Prudente, outubro de 2009, número 22. ISSN 2177-4463.

www.fct.unesp.br/nera

ARTIGO DATA LUTA

Censo agropecuário de 2006: um marco da disputa territorial entre campesinato e agronegócio

ARTIGO DO MÊS

Territórios da reforma agrária e da produção de grãos no Brasil.

www.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php

EVENTOS

Colóquio "Megaproyectos, territorios y desplazamiento de población en Colombia" – Héctor Mondragón

Presidente Prudente, FCT/UNESP, 27 de outubro de 2009

V SINGA – Simpósio Nacional de Geografia Agrária

Niterói, Instituto de Geociência/UFF, 29 de outubro a 02 de novembro de 2009

XXI Congresso de Iniciação Científica

São José do Rio Preto, IBILCE/UNESP, 03 a 07 de novembro de 2009

XVI ENG – Encontro Nacional de Geógrafos

Porto Alegre, 25 a 31 de julho de 2010

PUBLICAÇÃO

Educação do campo e formação profissional: a experiência do Programa Residência Agrária.

Organizadores:

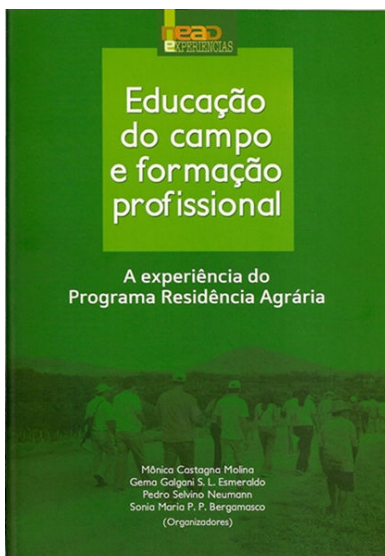
Mônica Castagna Molina;

Gema Calgani S. L. Esmeraldo;

Pedro Severino Neumann;

Sonia Maria P. P. Bergamasco.

O livro é uma coletânea de artigos sobre as experiências do Programa Residência Agrária. Este Programa vincula a educação do campo e o desenvolvimento territorial por meio de estágios de vivências e especialização para estudantes graduados que tenham interfaces com projetos de assentamentos rurais.



Elaborado por Tomás Sombini Druzian e Herivelto Fernandes Rocha. Pesquisadores do NERA – Bolsistas Ciência na UNESP.
Coordenação: Francilane Eulália de Souza

Leia outros números do BOLETIM DATA LUTA em www.fct.unesp.br/nera

Censo agropecuário de 2006: um marco da disputa territorial entre campesinato e agronegócio

Bernardo Mançano Fernandes

Coordenador do NERA

Pesquisador do CNPq

www.fct.unesp.br/nera

A publicação do Censo Agropecuário 2006 revela um retrato da diversidade do Brasil agrário. A conceituação de agricultura familiar de acordo como a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 rompe com a idéia de totalidade do agronegócio que imperava nos censos anteriores. A partir deste Censo os pesquisadores e as mídias poderão explicitar quem produz o quê, como produz e onde produz. Como também poderão não explicitar, se quiserem continuar acreditando que a produção da agricultura familiar é parte da produção do agronegócio. Querer compreender o agronegócio como totalidade é uma ideologia que destrói a agricultura familiar ou camponesa. Querer compreender a agricultura camponesa ou familiar como um modelo de desenvolvimento e o agronegócio como outro modelo de desenvolvimento é uma ideologia que fortalece o campesinato e rompe com os privilégios do agronegócio de incorporar dados que nunca lhe pertenceram.

Diferentes posturas ideológicas defendem interesses distintos e produzem territórios diversos. A postura muito comum de um determinado sujeito ao afirmar que seu opositor está sendo ideológico revela condição semelhante, que ele também é ideológico, embora o sujeito que afirma que seu opositor é ideológico, procura criar a falsa imagem de que ele não é. Estes discursos da disputa ideológica procuram sempre definir os argumentos dos opositores como falsos. Procura desqualificar o opositor. De fato, são interesses disputados para promover diferentes modelos de desenvolvimento que beneficiam um em detrimento do outro. Esta é uma característica estrutural da questão agrária. E com o Censo de 2006, essa disputa vai se acirrar.

O agronegócio é predominantemente produtor de commodities. A agricultura camponesa é predominantemente produtora de alimentos, como Oliveira (2004), demonstrou a partir do Censo Agropecuário de 1995/1996. Os estudos de Oliveira são pioneiros na diferenciação da produção da agricultura camponesa e da agricultura capitalista. Desde a década de 1980, Oliveira produz essas análises. Na década de 1990, outros trabalhos passaram a fazer essa diferenciação utilizando eufemismos como agricultura de base familiar e agricultura patronal.

É preciso diferenciar *comidas* de *commodities*. Com o surgimento do conceito de commodity torna-se necessário fortalecer o conceito de *comida*. As pessoas não se alimentam de commodities. A preocupação de quem produz alimentos é diferente da preocupação de quem produz commodities. A relação com a terra, com a natureza de quem produz comida é distinta de quem produz commodities. Este é um modo de contribuir para diferenciar a comida saudável, advinda da produção camponesa agroecológica, da produção monocultora de alimentos produzidos em grande escala com intenso uso de agrotóxico, processados e conservados, criando uma comida artificial e prejudicial à saúde. Estes dados podem ser analisados nos censos agropecuários para os estudiosos preocupados com a saúde pública.

O Censo Agropecuário de 2006, além dos dados quantitativos, desta vez também contribui para o debate qualitativo sobre as diferenças e semelhanças do campesinato e agricultor familiar. A figura do agricultor familiar ganhou força em oposição ao campesinato com o trabalho de Abramovay (1992). A dicotomia moderno - atrasado foi uma das referências para fortalecer a idéia de agricultor familiar como novo sujeito e o campesinato como antigo. Esta leitura contribui para romper com a idéia de destruição

física do campesinato ao mesmo tempo em que procura destruir a ideologia do campesinato como sujeito histórico na luta contra o capital.

As discussões teóricas e políticas sobre as diferenças e semelhanças das idéias, noções e conceitos de campesinato e de agricultor familiar estão acontecendo no meio acadêmico desde a década de 1990. Em Neves (2007), encontramos um amplo debate dessa discussão que foi reforçada em Fernandes, (2001 e 2008b), além de Martins (2009). Embora, essa discussão passe despercebida por grande parte dos estudiosos da questão agrária, ela já produziu diversos artigos científicos e proporcionou a criação de coleção *História Social do Campesinato*, com artigos de dezenas de estudiosos brasileiros de diversas áreas do conhecimento que foi publicada pela Editora da UNESP. Essa vale a pena conferir para se atualizar sobre este debate.

O Censo 2006 também contribui para a atualização do debate sobre os índices de produtividade. É um contrassenso do agronegócio não querer atualizar os índices de produtividade se sua lógica é a produtividade. O Censo 2006 mostra a importância da agricultura camponesa ou familiar na produção de alimentos ao mesmo tempo em que revela a concentração de terras em poder do agronegócio. Estes dados e fatos revelam novamente a disputa territorial como enfatizamos em Fernandes (2008a). O Brasil necessita de um reordenamento territorial para definir os territórios da agricultura familiar e do agronegócio. E este reordenamento deve ser feito através de políticas de reforma agrária e de reforma urbana.

A reforma agrária e o campesinato não são temas do passado. O Censo revela que são temas do presente e do futuro. O campesinato e o agronegócio possuem papéis diferentes na sociedade brasileira e o Estado precisa regular suas participações no desenvolvimento da agricultura. É evidente que vão surgir artigos e matérias querendo recuperar o espaço político perdido pelo agronegócio a partir do Censo Agropecuário 2006. A virada territorial já começou. Quem afirmava que não era ideológico, vai precisar de muita ideologia para se explicar. Estas questões ajudam a compreender melhor porque o ministro da agricultura Reinhold Stephanes não compareceu ao lançamento do Censo.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão*. Campinas: Hucitec/Anpocs/Editora da Unicamp, 1992.

CARVALHO, Horácio Martins. De produtor rural familiar a camponês: a catarse necessária. *Boletim DATALUTA*, nº 15, março de 2009. Disponível em: < www.fct.unesp.br/nera>. Acesso em 15 mar. 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Questão agrária, pesquisa e MST*. São Paulo : Cortez Editora, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos Territórios do Território. In: PAULINO, Eliane T. e FABRINI, João E. (Orgs.) *Campesinato e territórios em disputas*. São Paulo: Expressão Popular, 2008a, p. 273-301.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Conflitualidade e desenvolvimento territorial In: BUAINAIN, Antonio M. (Org.), *Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008b, p. 173-224.

NEVES, Delma P. Agricultura familiar: quantos ancoradouros! In: FERNANDES, Bernardo M.; MARQUES, Marta Inez M.; SUZUKI, Júlio. *Geografia Agrária: teoria e poder*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. *Revista Terra Livre*, São Paulo, v. 02, n. 21, p. 113-156, 2004.